

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2023
EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 11/2023
CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS

IMPUGNANTE: PAULO ROBERTO WORM – Leiloeiro Público Oficial – Matrícula AARC 333 – JUCESC.

Assunto: *Impugnação ao Edital de Credenciamento de Leiloeiros Oficiais, regularmente registrados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, para “[...] EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS PARA ALIENAÇÃO ONEROSA DE BENS IMÓVEIS SEM USO E DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC [...]”.*

I – Síntese:

Trata-se de Inexigibilidade de Licitação na modalidade de Credenciamento, onde o Ente Municipal pretende credenciar Leiloeiros Oficiais, regularmente registrados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, para “[...] **EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS PARA ALIENAÇÃO ONEROSA DE BENS IMÓVEIS SEM USO E DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC** [...]”.

Sobreveio apresentação **tempestiva** de Impugnação ao Edital, interposta por **PAULO ROBERTO WORM – Leiloeiro Público Oficial – Matrícula AARC 333 – JUCESC.**

O Impugnante anuncia de antemão que está denunciando o Edital de Credenciamento ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina e ao Tribunal de Contas de Santa Catarina, alegando cerceamento a competitividade, bem como, que “[...] *de forma absolutamente estranha, a Administração Municipal cometeu equívocos e desrespeitou o que diz a Lei de Licitações, aliás, com uma clareza Solar*”.

Aponta como possíveis itens irregulares ao Edital, aqueles constantes nas alíneas “8.1.5; 8.1.6; e 8.1.18”.

E ao final, requer sejam “**ELIMINADOS OS ITENS 8.1.5, 8.1.6 e 8.1.18, do edital**”.

É o relato necessário.

II – DO MÉRITO

Em que pese a forma deselegante com que o Subscritor da Impugnação se dirige perante este Ente Público Municipal, passamos a análise do mérito da impugnação.

Assim, consoante lição de Hely Lopes Meirelles¹, a eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei, não havendo, na Administração Pública, liberdade nem vontade pessoal.

¹ Direito Administrativo Brasileiro, 37ª ed., São Paulo, Malheiros, 2011, p. 89.

E por força destes aspectos, prudente frisar que enquanto na Administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei, expressamente, autoriza.

Dito isto, e de acordo com os ditames constitucionais em vigor, para o particular vale a regra de que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei². Outrossim, já para a Administração Pública, toda e qualquer ação que se pretenda praticar deve estar fundamentada no sistema legal, conforme artigo 37, caput, Constituição Federal de 1988³.

Neste sentido, ainda, conforme os ensinamentos do Especialista em Direito Administrativo e Mestre em Políticas Sociais, Professor Matheus Carvalho⁴, acerca do princípio da legalidade:

[...]

Com efeito, o administrador público somente pode atuar conforme **determina a lei**, amplamente considerada, abarcando todas as formas legislativas – desde o próprio texto constitucional até as leis ordinárias, complementares e delegadas. É a garantia de que todos os conflitos sejam solucionados pela lei, não podendo o agente estatal praticar condutas que considere devidas, sem que haja embasamento legal específico. Dessa forma, pode-se estabelecer que, no Direito Administrativo, se aplica o princípio da **Subordinação à lei**. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima.

[...]

² CRFB – Artigo 5º, inciso II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

³ CRFB – Artigo 37. Caput. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá **aos princípios de legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

⁴ Manual de Direito Administrativo. Salvador-BA: Editora jusPODIVM, 5º ed. 2018. P.67.

S.M.J., e afim de evitar-se tautologia quanto as argumentações da Impugnante, a Autoridade Competente manifesta-se nos termos deste parecer sobre os aspectos formais da Impugnação e do Edital do referido Credenciamento, para os fins de ratificar e suprimir o que abaixo segue:

2.1 – Insurgência quanto ao Item 8.1.6 do Edital.

8.1.6 Certidão Negativa de Protestos dos Cartórios do Município sede onde exerce a função como leiloeiro.

Novamente, afim de evitar-se tautologia quanto ao acima elencado pela Impugnante, observamos que o item “**8.1.6 – Certidão Negativa de Protestos** [...]”, é desnecessária sua exigência para o prosseguimento do Credenciamento, uma vez que não compete a este Município verificar em suas particularidades se o Leiloeiro na fase de Habilitação apresenta “*Protestos*” registrados em sua Comarca de origem / município Sede, isto porque, o mesmo não estará prestando um serviço oneroso à esta Municipalidade, sendo desnecessário a comprovação de sua saúde financeira.

Assim, defere-se a Impugnação no particular, para suprimir o item “**8.1.6.**” do Edital.

2.2 – Insurgência quanto aos Itens 8.1.5. e 8.1.18 do Edital.

8.1.5. Alvará de Licença, Localização e Funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal do endereço onde exerce a função como leiloeiro;

Insurge-se o Impugnante quanto ao item 8.1.5, arguindo que *“06.7) Nem para ser Leiloeiro há obrigação de se ter Alvará, posto que, a atividade é exercida por Funcionário Público Federal, com vínculo estadual. Qual é a lei que exige Alvará de Funcionário Público? Vamos pedir os Alvarás dos Magistrados, Promotores, Delegados e assim por diante?”*.

Chega a causar estranheza a busca pela eliminação da exigência, que poderá ser avaliada pelas autoridades competentes no âmbito da denúncia supostamente apresentada ao MPSC e ao TCE-SC, sugerindo-se que, ao se prestar informações àqueles órgãos, seja solicitada a comprovação da condição do denunciante que, nesta impugnação, sequer indica seu endereço de localização completo.

De qualquer sorte, a Municipalidade não vê fundamento para o acolhimento da impugnação sob esse aspecto.

Isto porque, parte o Ente Público Municipal do pressuposto que como prestador de serviços, todo leiloeiro possui inscrição municipal de sua atividade ou alvará de localização de seu escritório, documento que proporcionará o conhecimento acerca do local do estabelecimento do leiloeiro credenciado, uma vez que estes são responsáveis por seus atos e, para que em qualquer imprevisto, possam ser localizados.

Não fosse apenas isto, observamos que o Impugnante não apresenta qualquer dispositivo legal que o isente dessa inscrição.

Caso a mesma não seja exigida pelo Município de origem onde se localize o Leiloeiro, a certidão ou declaração do Município informando que não se exige tal cadastro nem o alvará de localização para essa atividade, certamente atenderá ao disposto no edital.

Assim, de igual forma não merece acolhida a impugnação sob esse aspecto, mantendo-se os termos do Edital o item no particular (item 8.1.5).

Finalmente, quanto a insurgência sobre a “**Prova de Regularidade com a Seguridade Social** [...] **DRSCI** [...]”, manifesta-se a Autoridade Competente pela manutenção do item nos seus ulteriores termos editalícios.

8.1.18. Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS) apresentando DRSCI (Declaração de Regularidade de Situação de Contribuinte Individual);

Isto porque, note-se que o corpo técnico do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ao analisar representação idêntica, contra o Município de Praia Grande (Processo REP 21/00315492), afastou a alegação de que aquele Município estaria impondo “*cláusula ou condição que frustra o caráter competitivo do certame*”, senão vejamos:

[...]

Quanto a prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS), a sua exigência está em conformidade com a Lei 8.666/1993 (art. 29, IV). Os representantes, por sua vez, alegam que houve “excesso de zelo”, haja vista que, segundo eles, foram apresentadas certidões negativas da União, que contemplam os possíveis débitos junto ao INSS. Entretanto, a referida certidão não abrange a regularidade no instituto de previdência, como será visto a seguir.

Primeiramente, a Lei Federal nº 8.212/91, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, determina quem são os segurados obrigatórios:

CAPÍTULO I
DOS CONTRIBUINTES

Seção I

Dos Segurados

Art. 12. São **segurados obrigatórios da Previdência Social** as seguintes pessoas físicas:

I – como empregado; ...

II - como empregado doméstico: aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos;

III – Revogado;

IV – Revogado;

V- como contribuinte individual:...

g) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego;

h) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não;

Da rápida leitura do art. 12, os leiloeiros estão enquadrados no art. 12, Inciso V, alíneas “g” e “h”, logo sua contribuição é obrigatória a Previdência Social.

Agora, adentrando no Decreto nº 3048/99, no qual regulamenta a Previdência Social, têm-se:

Seção III

Das Inscrições

Subseção I

Do Segurado

Art. 18. Considera-se inscrição de segurado para os efeitos da previdência social o ato pelo qual o segurado é cadastrado no RGPS, por meio da comprovação dos dados pessoais, da seguinte forma: (Redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 2020).

I - empregado - ...;

II - trabalhador avulso - ...;

III - empregado doméstico - ...;

IV - contribuinte individual: (Redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 2020).

a) por ato próprio, por meio do cadastramento de informações para identificação e reconhecimento da atividade, hipótese em que o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS poderá solicitar a apresentação de documento que comprove o exercício da atividade declarada; (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

b) pela cooperativa de trabalho ou pela pessoa jurídica a quem preste serviço, no caso de cooperados ou contratados, respectivamente, se ainda não inscritos no RGPS; e (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

c) pelo MEI, por meio do sítio eletrônico do Portal do Empreendedor; (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

V - segurado especial - ...;

VI - segurado facultativo

§ 1º (Revogado pelo Decreto nº 10.410, de 2020).

§ 2º A inscrição do segurado em qualquer categoria mencionada neste artigo exige a idade mínima de dezesseis anos.

§ 3º Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social será obrigatoriamente inscrito em relação a cada uma delas.

Conforme art. 18 do Decreto nº 3048/99, o contribuinte individual, no caso em tela os leiloeiros, devem por ato próprio realizar seu cadastro junto ao INSS, vindo o segurado a ser cadastrado no RGPS – Regime Geral de Previdência Social. Ainda, o parágrafo 3º do artigo referido frisa que todos que exercem concomitantemente mais de uma atividade remunerada sujeita ao RGPS serão obrigatoriamente inscritos em relação a cada uma delas.

Com relação a Portaria nº 358 de 05/09/2014 do Ministério da Fazenda, que dispõe a respeito da regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, há uma ressalva no parágrafo único do artigo primeiro:

Art. 1º A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados.

Parágrafo único: A certidão a que se refere o caput não obsta a emissão de certidão com finalidade determinada, quando exigida por lei, relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.

Portanto, a Certidão emitida com base na Portaria do Ministério da Fazenda não comprova que o Leiloeiro de fato está devidamente inscrito junto ao RGPS relativo à função de leiloeiro, podendo este exercer outra atividade, e estar somente cadastrado naquela atividade, vindo a praticar atos de sonegação fiscal.

A certidão com finalidade determinada que consta na portaria do Ministério da Fazenda é, neste caso, a Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRSCI), a qual será possível verificar a regularidade do leiloeiro junto à previdência social. Esta declaração apenas atesta que o segurado está devidamente cadastrado naquela atividade, não sendo uma certidão de quitação de débitos como os denunciante querem transparecer. **Deste modo, não há irregularidade ou excesso de zelo por parte da municipalidade em exigir prova de regularidade com o INSS, por meio da DRSCI.**

Conforme se observa o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina entende que “[...] *não há irregularidade ou excesso de zelo por parte da municipalidade em exigir prova de regularidade com o INSS, por meio da DRSCP*”.

Assim, mantem-se incólume a previsão constante no item **8.1.8** do Edital.

III – DECISÃO

Ante o exposto, dou por conhecer a Impugnação apresentada pelo Leiloeiro **PAULO ROBERTO WORM – Leiloeiro Público Oficial – Matrícula AARC 333 – JUCESC** e, no mérito, **ACOLHER PARCIALMENTE** os termos da impugnação, para os fins de suprimir o item 8.1.6. do Edital de Credenciamento, mantendo-se incólume as previsões editalícias dos itens 8.1.5 e 8.1.18, nos termos da fundamentação acima lançada.

Encaminhe-se ao Setor de Licitações para retificação do Edital, suprimindo-se o item 8.1.6.

Cordilheira Alta, SC, 25 de maio de 2023.

Rudimar Marafon

Secretário Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento

Emerson Verdi – OAB/SC 44.809

Procurador Geral do Município